CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

MANHÃ

PROVA OBJETIVA

EXAME DE SUFICIÊNCIA – 2026.2

TIPO DA PROVA

4



ATENÇÃO!

Confira o TIPO da sua prova com o que está indicado no seu CARTÃO DE REPOSTAS.

DIVERGÊNCIA NO TIPO DEVE SER COMUNICADA AO FISCAL DA SALA.



É proibido o uso de aparelhos eletrônicos.



Não é permitido comunicar-se com outros candidatos.



Não é permitida a consulta a livros, apostilas ou anotações.

INFORMAÇÕES DO(A) CANDIDATO(A)

SUA PROVA

- Este caderno contém **50 (cinquenta)** questões objetivas.

TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realização da prova, incluindo o tempo para marcação do Cartão de Respostas;
- **1 (uma) hora e 30 minutos** após o início da prova, é possível retirar se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas;
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.

INFORMAÇÕES GERAIS

- No Cartão de Respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade;
- Verifique se os dados que constam nesta capa estão de acordo com os que aparecem no seu Cartão de Respostas. Caso haja alguma divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas;
- O preenchimento do cartão de respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de **erro** cometido por você;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa prova!

FGV CONHECIMENTO

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

1

Assinale a única frase abaixo que se mostra gramaticalmente correta.

(A) A polícia interviu na briga entre as torcidas, após o jogo.
(B) Compras à crédito podem trazer problemas futuros.
(C) Haviam muitos carros abandonados ne estrada por causa dos desabamentos.
(D) Para mim, trabalhar é uma atividade prazerosa.

2

Nas frases abaixo foram feitas substituições, mantendo-se o mesmo sentido original.

Assinale a opção em que a modificação ***não*** está adequada por alterar esse sentido original.

(A) A música é a alma da geometria /A música é a essência da geometria.
(B) Somente por meio do amor o homem pode ser liberado de si mesmo / Por meio do amor somente o homem pode ser liberado de si mesmo.
(C) O amor é a capacidade de perceber o semelhante no dessemelhante / O amor é a capacidade de percepção do semelhante no dessemelhante.
(D) Todas as paixões nos fazem cometer erros / Todas as paixões fazem que cometamos erros.

3

Ao encerrar o exercício social, o contador de uma empresa identificou um excedente temporário de caixa no valor de R$ 25.000,00. A diretoria autorizou a aplicação desse valor em um investimento financeiro remunerado à taxa de 8% ao ano, sob o regime de juros compostos.

Se o recurso permanecer aplicado por 2 anos, sem aportes ou resgates intermediários, o montante acumulado ao final do período de aplicação será de:

(A) R$ 26.000,00.
(B) R$ 27.000,00.
(C) R$ 28.160,00.
(D) R$ 29.160,00.

4

Um empréstimo no valor de R$ 500.000,00 será quitado segundo o Sistema de Amortização Constante (SAC). O contrato estabelece um prazo de 40 meses para a quitação, com parcelas mensais, postecipadas e juros fixos de 2% ao mês, incidentes sobre o saldo devedor remanescente do período imediatamente anterior. Sabe-se que uma das parcelas mensais terá valor de R$ 18.250,00.

Desconsiderando-se quaisquer encargos adicionais, tais como IOF, seguros, moras e taxas, é correto concluir que esse é o valor do

(A) 17º pagamento.
(B) 18º pagamento.
(C) 19º pagamento.
(D) 20º pagamento.

5

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, a autoridade pública competente, no âmbito da autarquia *Alfa*, editou ato administrativo punitivo em detrimento de Lucas, servidor público estatutário, a ele aplicando a sanção administrativa de suspensão, em razão de infração funcional outrora praticada.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a infração funcional praticada por Lucas é

(A) a finalidade do ato administrativo punitivo.
(B) o motivo do ato administrativo punitivo.
(C) o objeto do ato administrativo punitivo.
(D) o móvel do ato administrativo punitivo.

6

Em observância às formalidades constitucionais e legais aplicáveis à espécie, a autarquia *Alfa* publicou edital de licitação visando à celebração de futuro contrato administrativo. Busca-se, assim, a prestação de serviços públicos de forma descentralizada e especializada, em atendimento ao interesse público primário.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a autarquia *Alfa*, por se tratar de uma pessoa jurídica de direito

(A) privado integrante da Administração Direta, teve a sua criação autorizada por lei específica.

(B) público integrante da Administração Direta, teve a sua criação autorizada por lei específica.

(C) público integrante da Administração Indireta, foi criada por lei específica.

(D) privado integrante da Administração Indireta, foi criada por lei específica.

7

Ao analisar o teor da Constituição Federal, João, estudante, constatou que determinado princípio foi nela incluído por meio da Emenda Constitucional nº 19/1998, com o objetivo de substituir a Administração Pública burocrática pela Administração Pública gerencial. A ideia por trás desse princípio está intimamente relacionada com a necessidade de efetivação célere das finalidades públicas elencadas no ordenamento jurídico.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que se está fazendo referência ao princípio da

(A) impessoalidade.

(B) moralidade.

(C) legalidade.

(D) eficiência.

8

O contador Marcos atua como Perito Contábil inscrito no CNPC. Em um ano-calendário, cumpriu 35 pontos de Educação Profissional Continuada (EPC), sendo 10 na diretriz de aquisição de conhecimento. Acreditando estar regular, inseriu seus comprovantes no sistema Web EPC do Conselho Federal de Contabilidade, no dia 20 de fevereiro do exercício subsequente.

Nesse caso, com base na NBC PG 12 (R5) – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA, avalie se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

( ) A submissão à Educação Profissional Continuada é facultativa para Marcos, pois a obrigatoriedade normativa restringe-se aos auditores independentes e responsáveis técnicos.

( ) A pontuação alcançada por Marcos foi insuficiente, uma vez que a norma exige, no mínimo, 40 pontos anuais, sendo obrigatoriamente 12 pontos em aquisição de conhecimento.

( ) O envio da comprovação documental no sistema Web EPC foi intempestivo, visto que o prazo máximo determinado pela regulamentação é até 31 de janeiro do exercício subsequente.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – V.

(B) V – F – F.

(C) F – F – V.

(D) V – V – F.

9

Durante procedimento de fiscalização do CRC, verificou-se que um contador responsável técnico delegava integralmente a execução de serviços contábeis a terceiros não registrados, assinando posteriormente as demonstrações sem revisão técnica adequada. O contador alegava que a responsabilidade era apenas contratual perante o cliente.

Considerando a Resolução CFC nº 1.612/2021 – REGULAMENTO GERAL DOS CONSELHOS DE CONTABILIDADE, a NBC PG 01 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR e a NBC PG 100 (R1) – CUMPRIMENTO DO CÓDIGO, PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E DA ESTRUTURA CONCEITUAL, a conduta profissional adequada reconhece que a responsabilidade técnica é

(A) pessoal e indelegável, limitada ao vínculo contratual firmado com o cliente, exigindo supervisão efetiva, observância das normas profissionais e cooperação com a fiscalização para preservar o interesse público.

(B) pessoal e delegável, exigindo supervisão seletiva, observância das normas profissionais e alinhamento automático com a fiscalização na preservação dos interesses particulares.

(C) impessoal e delegável, exigindo supervisão seletiva, inobservância das normas profissionais e embate com a fiscalização a respeito do interesse público.

(D) pessoal e indelegável, exigindo supervisão efetiva, observância das normas profissionais e cooperação com a fiscalização para preservar o interesse público.

10

A empresa Horizonte Ltda. enfrenta dificuldades financeiras e seus gestores solicitam ao contador que elabore relatórios financeiros para fins gerais "menos detalhados" para evitar questionamentos de credores e investidores.

Considerando o papel da Contabilidade na sociedade e as disposições da NBC PG 01 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR e da NBC PG 100 (R1) – CUMPRIMENTO DO CÓDIGO, DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E DA ESTRUTURA CONCEITUAL, a atuação adequada do profissional deve refletir o princípio de que a Contabilidade

(A) serve exclusivamente como instrumento interno de controle gerencial.
(B) atende prioritariamente aos interesses dos administradores da entidade, o que gera a necessidade de se balancear função social com interesses financeiros.
(C) deve adaptar o nível de transparência das informações à conveniência da administração.
(D) tem a função social de produzir informações úteis, fidedignas e transparentes para os diversos usuários, preservando o interesse público e a confiança na profissão contábil.

11

Em março de 2026, uma sociedade empresária publicou as suas demonstrações contábeis referentes a 31/12/2025.

De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, as demonstrações contábeis são elaboradas para um período de tempo específico (período de relatório), para ajudar os usuários a identificar e avaliar mudanças e tendências e também

(A) calculam os principais indicadores de análise contábil.
(B) apresentam projeções para, pelo menos, o exercício seguinte.
(C) reproduzem as normas contábeis relacionadas a cada ponto apresentado.
(D) fornecem informações comparativas de, pelo menos, um período de relatório anterior.

12

Uma companhia S.A. realizou recentemente sua oferta pública inicial de ações (IPO) e passou a negociar seus papéis em Bolsa de Valores.

Em uma reunião do conselho de administração, o diretor de relações com investidores destacou a importância do relatório financeiro para fins gerais, afirmando que ele deve atender às necessidades informacionais dos diversos usuários externos da companhia. Durante a reunião, foram apresentadas algumas afirmações sobre o objetivo do relatório financeiro para fins gerais.

Considerando-se os preceitos da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, é correto afirmar que

(A) o relatório financeiro para fins gerais destina-se a apresentar o valor de mercado da entidade que reporta.
(B) a administração da companhia depende das informações do relatório financeiro para fins gerais para basear suas decisões estratégicas.
(C) o relatório financeiro para fins gerais fornece todas as informações de que necessitam investidores, credores por empréstimos e administradores da companhia para a tomada de decisões.
(D) o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações úteis a investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, para decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.

13

Com base nos conceitos de ativos, passivos, receitas e despesas e dos critérios necessários para reconhecimento apresentados na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, assinale a afirmativa correta.

(A) A receita deve ser reconhecida quando o cliente realiza o pedido para a realização de um determinado serviço, com contrapartida em Contas a Receber de Clientes.
(B) A distribuição de dividendos deve ser reconhecida como despesa financeira no resultado, em contrapartida ao passivo ou caixa.
(C) O aumento de capital gera o reconhecimento de receitas em contrapartida ao registro em caixa.
(D) O custo das mercadorias vendidas deve ser reconhecido quando ocorre a transferência de controle das mercadorias ao cliente, com a baixa dos estoques no ativo.

14

A Indústria Metalúrgica Aço S.A. adquiriu uma nova máquina para sua linha de produção.

Durante o processo de aquisição e instalação, a empresa incorreu nos seguintes gastos:

- Preço de compra da máquina: R$ 200.000,00.
- Gastos com frete e seguro para transporte até a fábrica: R$ 10.000,00.
- Gastos com a preparação do local e fundação para instalação da máquina: R$ 15.000,00.
- Treinamento dos funcionários para operar a nova máquina: R$ 5.000,00.
- Gastos com testes para verificar se o equipamento está funcionando adequadamente: R$ 3.000,00.

Com base nas disposições da NBC TG 27 (R4) – ATIVO IMOBILIZADO, o valor total que deve ser reconhecido inicialmente no Ativo da empresa referente a essa máquina é de

(A) R$ 228.000,00.
(B) R$ 233.000,00.
(C) R$ 200.000,00.
(D) R$ 210.000,00.

15

Uma empresa adquiriu uma marca com vida útil considerada indefinida, um *software* com vida útil definida e máquinas industriais.

Considerando o que estabelecem a NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, a NBC TG 04 (R4) – ATIVO INTANGÍVEL e a NBC TG 27 (R4) – ATIVO IMOBILIZADO, assinale a opção que apresenta o tratamento contábil correto para o caso.

(A) A empresa inicia a amortização dos intangíveis apenas quando obtém a propriedade legal, mesmo que já esteja utilizando esses ativos.
(B) A empresa amortiza a marca de vida útil indefinida a uma taxa anual fixa de 10%, por não ser possível estimar sua vida útil econômica.
(C) A empresa não amortiza a marca de vida útil indefinida, mas realiza anualmente o teste de redução ao valor recuperável desse ativo.
(D) A empresa utiliza as taxas de depreciação definidas pela legislação fiscal para registrar a depreciação das máquinas nas demonstrações contábeis societárias.

16

A Sociedade Empresária "A" adquiriu mercadorias para revenda à vista pelo valor bruto de R$ 100.000,00, indicado na nota fiscal do fornecedor. Nessa operação, considere as seguintes informações para a empresa compradora:

ICMS (imposto recuperável) incluído na nota fiscal: R$ 18.000,00.

Frete para transporte das mercadorias até a empresa, pago pela Sociedade Empresária "A": R$ 4.000,00.

Considerando as regras da NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES, o valor inicial a ser registrado na conta de Estoques é de

(A) R$ 86.000,00.
(B) R$ 100.000,00.
(C) R$ 82.000,00.
(D) R$ 104.000,00.

17

Uma empresa S.A. tem como objeto a lavra, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço. Após o encerramento do exercício social de 2025, em 31/12/2025, e antes da data de autorização para emissão das demonstrações contábeis, uma plataforma de petróleo da empresa pegou fogo, gerando danos significativos ao ativo imobilizado.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 24 (R2) – EVENTO SUBSEQUENTE, o incêndio

(A) deve ser desconsiderado como um evento subsequente, pois ocorreu fora do período contábil de 2025.
(B) deve ser desconsiderado nas demonstrações contábeis, pois ainda não houve baixa da plataforma incendiada.
(C) é um evento subsequente que representa condição surgida após a data-base, devendo ser divulgado em nota explicativa.
(D) é um evento subsequente que exige ajuste nas demonstrações contábeis, pois evidencia uma condição existente na data-base.

18

A empresa Cargas ABC S.A. possui em seu Ativo Imobilizado um veículo utilizado para entregas. Ao final do exercício de 2025, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) para esse Ativo.

O contador da empresa levantou as seguintes informações:

- Valor Contábil (após depreciação): R$ 150.000,00.
- Valor Justo Líquido de despesas de venda: R$ 130.000,00.
- Valor em uso: R$ 145.000,00.

Com base nas disposições da NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, o procedimento correto a ser adotado pela empresa é

(A) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R$ 20.000,00, pois o valor de venda é o menor dentre os valores apresentados.

(B) não reconhecer nenhuma perda, pois o valor recuperável, de R$ 145.000,00, é maior do que o valor de venda.

(C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R$ 5.000,00, para ajustar o valor contábil ao valor recuperável.

(D) ajustar o valor do ativo para R$ 130.000,00, em observância ao princípio da prudência.

19

Em 10/06/2025, a empresa "CD" S.A. realizou, em 10/06/20X5, o pagamento em atraso de uma duplicata de sua responsabilidade no valor nominal de R$ 10.000,00.

Em decorrência do atraso, a instituição bancária processou uma transferência eletrônica total no valor de R$ 10.500,00, sendo liquidadas as condições contratuais com a inclusão de R$ 500,00 relativos a juros de mora, uma despesa financeira.

O contador, ao registrar a operação no livro diário, deve realizar o seguinte lançamento contábil:

(A) Débito: Duplicatas a pagar R$ 10.000,00
Débito: Despesas com juros R$ 500,00
Crédito: Bancos R$ 10.500,00

(B) Débito: Duplicatas a pagar R$ 10.500,00
Crédito: Bancos R$ 10.500,00

(C) Débito: Duplicatas a pagar R$ 11.000,00
Crédito: Despesas com juros R$ 500,00
Crédito: Bancos R$ 10.500,00

(D) Débito: Bancos R$ 10.500,00
Crédito: Duplicatas a pagar R$ 10.000,00
Crédito: Despesas com juros R$ 500,00

20

Em 31/12/2025, a Cia. KMLK não apresentou, em sua Demonstração do Valor Adicionado, saldo no item "Valor Adicionado Recebido em Transferência".

O fato de a empresa não apresentar valor nesse item pode indicar que a Cia. KMLK

(A) presta as suas atividades em imóvel próprio.

(B) não possui investimento em controladas e coligadas.

(C) não reconheceu perda de recuperabilidade de seus ativos.

(D) tem todo o serviço realizado por mão de obra contratada.

21

Ao longo de 2021, a Controladora Alfa vendeu mercadorias para sua controlada Beta por R$ 500.000,00. O custo das mercadorias era de R$ 350.000,00. Em 31/12/2021, 40% dessas mercadorias permaneciam em estoque na controlada.

Na elaboração das demonstrações consolidadas de acordo com a NBC TG 36 (R3) – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS, o lucro não realizado que deverá ser eliminado é de

(A) R$ 60.000,00.

(B) R$ 90.000,00.

(C) R$ 120.000,00.

(D) R$ 150.000,00.

22

O Departamento jurídico da Empresa Ltda. apresentou parecer acerca dos seguintes casos que envolvem situações jurídicas e fiscais em andamento:

- **CASO 1**: Autuação Fiscal: Auto de infração recebido do fisco Federal. A probabilidade de perda é avaliada como PROVÁVEL, sendo possível fazer uma estimativa confiável do valor.
- **CASO 2**: Ação Cível: Processo movido por um cliente por danos morais. A probabilidade de perda é classificada como POSSÍVEL.
- **CASO 3**: Processo Trabalhista: Ação judicial movida por um empregado. Os advogados da empresa classificam a perda como REMOTA.

De acordo com as informações do departamento jurídico da empresa e as determinações da NBC TG 25 (R2) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, assinale a opção correta a respeito da forma como a empresa deve proceder em relação ao reconhecimento contábil e à evidenciação em notas explicativas para os três casos apresentados.

(A) CASO 1: Reconhecer a provisão no Passivo e divulgar em notas explicativas; CASO 2: Não reconhecer no Passivo, apenas divulgar como passivo contingente em nota explicativa; CASO 3: Não reconhecer e nem divulgar em notas explicativas.

(B) CASO 1: Não reconhecer no Passivo, apenas divulgar como passivo contingente em nota explicativa; CASO 2: Reconhecer provisão no Passivo; CASO 3: Não reconhecer no Passivo, apenas divulgar como passivo contingente em nota explicativa.

(C) CASO 1: Não reconhecer e nem divulgar em notas explicativas; CASO 2: Não reconhecer no Passivo, apenas divulgar como passivo contingente em nota explicativa; CASO 3: Reconhecer provisão no Passivo.

(D) CASO 1: Reconhecer a provisão no Passivo; CASO 2: Não reconhecer e nem divulgar em notas explicativas; CASO 3: Não reconhecer e nem divulgar em notas explicativas.

23

Em junho de 2026, uma entidade contratou um professor externo para ministrar um curso sobre inteligência artificial a seus empregados, por R$ 12.000,00. O valor foi pago em três parcelas iguais, em junho, julho e agosto de 2026. Metade das aulas foi ministrada em junho, e o restante, em julho.

De acordo com o Regime de Competência, a despesa com o professor na Demonstração do Resultado mensal da entidade, em 30/06/2026, foi

(A) zero.

(B) R$ 4.000,00.

(C) R$ 6.000,00.

(D) R$ 12.000,00.

24

Em 01/01/2025, a Cia XYZ comprou um veículo para utilizar em seus negócios por R$ 50.000,00, à vista. Na data, a entidade planejava utilizar o veículo durante cinco anos. No entanto, em 31/12/2025, os gestores da Cia XYZ constataram que o veículo era pouco utilizado e o venderam por R$ 42.000,00, à vista. A Cia XYZ utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados e considera valor residual nulo.

Considerando apenas esses fatos, em 31/12/2025, na Demonstração dos Fluxos de Caixa anual da entidade, a atividade de investimento

(A) gerou líquido R$ 2.000,00.
(B) gerou líquido R$ 42.000,00.
(C) consumiu líquido R$ 8.000,00.
(D) consumiu líquido R$ 10.000,00.

25

Em 31/12/2025, a Cia Gama reconheceu a distribuição de R$ 50.000,00 a título de dividendos mínimos obrigatórios. O valor foi pago aos acionistas da empresa em 2026.

Ao analisar a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido anual da Cia Gama, em 31/12/2025, pôde-se constatar que, em decorrência da distribuição dos dividendos obrigatórios, o total do patrimônio líquido

(A) diminuiu.
(B) aumentou.
(C) permaneceu o mesmo, assim como o saldo das contas.
(D) permaneceu o mesmo, mas houve modificações nos saldos das contas.

26

A companhia Delta possuía, em 31/12/2025: numerário em caixa no valor de R$ 40.000,00; valores a receber de no valor de R$ 10.000,00 referentes a vendas entregues; e patrimônio líquido no valor de R$ 50.000,00.

Em janeiro de 2026, a diretoria da empresa aprovou a intenção de comprar novos equipamentos avaliados em R$ 30.000,00 no mês seguinte. Concomitantemente, a entidade firmou um contrato para serviços de manutenção, ainda não prestados, a terceiro, no valor de R$ 15.000,00. Nenhum valor foi recebido.

Por fim, a contabilidade reconheceu uma dívida de R$ 25.000,00 referente à compra de matérias-primas que já foram recebidas no estoque. O contador da companhia apura os totais monetários que cumprem, rigorosamente, as definições contábeis exigidas pela norma.

Em relação à classificação e à totalização dos elementos patrimoniais descritos, avalie se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

I. O total de ativos da entidade soma R$ 80.000,00, uma vez que a intenção de aquisição futura dos equipamentos atende à definição normativa de recurso econômico presente controlado por evento passado.
II. O passivo da entidade totaliza estritamente R$ 25.000,00, caracterizando-se como a única obrigação presente de transferir um recurso econômico resultante da ocorrência de um evento já passado.
III. O contrato de manutenção firmado eleva as obrigações para R$ 40.000,00, pois a assinatura documental por si só caracteriza o recebimento de benefícios econômicos e o surgimento de um passivo imediato.

À luz das definições de ativos e passivos preconizadas pela NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.
(B) III, apenas.
(C) II, apenas.
(D) I e II, apenas.

27

A empresa “Q” construiu uma máquina em 2024 para utilizar na fabricação do seu principal produto. Os custos para a construção foram de R$ 410.000,00. Esse ativo passou a estar em condições de funcionamento em 01/02/2025. Nesse momento, foi estimado que o ativo seria vendido ao final de sua vida útil por R$ 50.000,00. A vida útil estimada foi de 30 anos.

Devido a uma mudança nas condições de mercado, em 01/11/2025 foi realizada uma nova estimativa de vida útil, que passou a ser de 25 anos, a partir da data da nova mensuração, enquanto o valor de venda estimado ao final da utilização do ativo passou para R$ 30.000,00.

A empresa “Q” utiliza o método linear para o cálculo da depreciação e apura e divulga demonstrações contábeis mensalmente.

Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta a despesa de depreciação que deve ser registrada em 2025.

(A) R$ 13.527,51.
(B) R$ 13.933,33.
(C) R$ 11.473,33.
(D) R$ 11.000,00.

28

Relacione os conceitos de bases de mensuração do valor atual previstos na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL para relatório financeiro, apresentados na primeira coluna, com seus respectivos significados, descritos na segunda coluna.

1. Valor Justo
2. Valor em uso
3. Custo corrente
4. Valor de cumprimento

( ) É o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
( ) É o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.
( ) É o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.
( ) É a contraprestação que seria paga pelo ativo equivalente na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data, ou a contraprestação que seria recebida pelo passivo equivalente na data de mensuração menos os custos de transação que seriam incorridos nessa data.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

(A) 4 – 2 – 3 – 1.
(B) 1 – 4 – 2 – 3.
(C) 2 – 3 – 1 – 4.
(D) 3 – 4 – 2 – 1.

29

O departamento de contabilidade da empresa "Qui” S.A. extraiu os seguintes saldos das suas contas patrimoniais em 31/12/20X5, antes da estruturação final do Balanço Patrimonial:

- Caixa e equivalentes de caixa: R$ 15.000,00;
- Duplicatas a receber (vencimento em até 60 dias): R$ 45.000,00;
- Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: R$ 2.000,00;
- Estoques de mercadorias para revenda: R$ 25.000,00;
- Adiantamento a fornecedor de curto prazo: R$ 10.000,00;
- Adiantamento de Clientes: R$ 14.000,00;
- Veículos para uso nas entregas: R$ 50.000,00;
- Fornecedores (vencimento em 90 dias): R$ 30.000,00.

Com base estritamente nas normas de apresentação e classificação do Balanço Patrimonial, assinale a opção que apresenta o valor total líquido a ser evidenciado no subgrupo do Ativo Circulante.

(A) R$ 83.000,00.
(B) R$ 93.000,00.
(C) R$ 95.000,00.
(D) R$ 97.000,00.

30

Em 31/12/2025, a Cia. Alfa apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

- Disponibilidades: R$ 300.000,00;
- Capital Social: R$ 300.000,00.

Já a Cia. Beta apresentava os seguintes saldos:

- Disponibilidades: R$ 12.000,00;
- Terrenos: R$ 40.000,00;
- Capital Social: R$ 52.000,00.

Em 01/01/2026, a Cia. Alfa adquiriu 100% de participação na Cia. Beta por R$ 90.000,00, que corresponde ao valor justo dessa participação. Na data, foi avaliado que os terrenos tinham valor de mercado de R$ 45.000,00. Além disso, no processo de apropriação do preço pago, foi atribuído à marca da Cia. Beta um valor de R$ 18.000,00. Ainda, foi avaliado que a Cia. Beta possuía empregados bem treinados e com grande capacidade de geração de benefícios futuros.

Assinale a opção que indica o *goodwill* reconhecido pela Cia. Alfa na data da compra, em seu Balanço Patrimonial, de acordo com a NBC TG 15 (R4) – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS.

(A) R$ 15.000,00.
(B) R$ 27.000,00.
(C) R$ 33.000,00.
(D) R$ 38.000,00.

31

Uma empresa comercial apresentou os seguintes dados e valores referentes à folha de pagamento de seus empregados do mês de agosto de 2026:

- Salários Brutos: R$ 100.000,00, a serem pagos em setembro;
- Contribuição Previdenciária retida dos empregados (INSS): R$ 11.000,00;
- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): R$ 4.000,00.

Considerando exclusivamente essas informações, assinale a opção que apresenta corretamente o reconhecimento da apropriação dos salários e retenções no mês de agosto de 2026.

(A) Débito – Despesa com Salários (R$ 85.000,00); Débito – Passivo Circulante – INSS a Recolher (R$ 11.000,00); Débito – Passivo Circulante – IRRF a Recolher (R$ 4.000,00), e Crédito – Passivo Circulante – Salários a Pagar (R$ 100.000,00).
(B) Débito – Despesa com Salários (R$ 85.000,00); Débito – Despesa com INSS (R$ 11.0000,00); Débito – Despesa com IRRF (R$ 4.000,00), e Crédito – Passivo não Circulante – Salários a Pagar (R$ 100.000,00).
(C) Débito – Passivo Circulante – Salários a Pagar (R$ 100.000,00); Crédito – Despesa com Salários (R$ 85.000,00); Crédito – Passivo Circulante – INSS a Recolher (R$ 11.000,00), e Crédito – Passivo Circulante – IRRF a Recolher (R$ 4.000,00).
(D) Débito – Despesa com Salários (R$ 100.000,00); Crédito – Passivo Circulante – Salários a Pagar (R$ 85.000,00); Crédito – Passivo Circulante – INSS a Recolher (R$ 11.000,00), e Crédito – Passivo Circulante – IRRF a Recolher (R$ 4.000,00).

32

A empresa “F” S.A. iniciou suas atividades em 01/11/2025 com as seguintes operações no primeiro mês:

- Subscrição e integralização total de Capital no valor de R$ 200.000,00 em depósito bancário.
- Compra de mercadorias para revenda no valor de R$ 50.000,00, a prazo, para pagamento em 60 dias.
- Prestação de serviços a clientes no valor de R$ 30.000,00, recebida integralmente à vista, por PIX.
- Pagamento à vista de despesas gerais do mês no valor de R$ 5.000,00.

Considerando apenas as operações descritas e aplicando o regime de competência para a apuração do resultado do exercício, os valores do Ativo Total e do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial de 30/11/2025 foram, respectivamente,

(A) R$ 225.000,00 e R$ 225.000,00.
(B) R$ 275.000,00 e R$ 225.000,00.
(C) R$ 275.000,00 e R$ 200.000,00.
(D) R$ 225.000,00 e R$ 175.000,00.

33

Uma empresa possuía no início do mês saldo na conta de estoques no valor de R$ 8.000,00, representando 100 unidades. Ao longo do mês realizou as seguintes operações:

- Dia 2: aquisição de 100 unidades por R$ 100,00 cada;
- Dia 10: venda de 100 unidades por R$ 200,00 cada;
- Dia 15: aquisição de 200 unidades por R$ 120,00 cada;
- Dia 20: venda de 200 unidades por R$ 230,00 cada;
- Dia 25: aquisição de 100 unidades por R$ 130,00 cada.

Desconsiderando qualquer tributação sobre as operações e sabendo que a empresa adota o custo médio ponderado móvel como método de mensuração de seus estoques, o valor do saldo final de estoques dessa empresa é de

(A) R$ 21.000,00.
(B) R$ 22.000,00.
(C) R$ 24.000,00.
(D) R$ 25.000,00.

34

Uma indústria realizou os seguintes eventos durante determinado período:

Evento	Valor (R$)
Compra de matéria-prima	18.000,00
Consumo de matéria-prima na produção	12.000,00
Aquisição de máquinas para a fábrica	40.000,00
Depreciação das máquinas utilizadas na produção	2.500,00
Salários das equipes jurídica e de marketing	6.000,00
Comissão sobre vendas (remuneração dos vendedores)	3.000,00

Com base nos conceitos de custos, despesas e investimentos, o valor total dos custos incorridos no período foi de

(A) R$ 14.500,00.
(B) R$ 18.000,00.
(C) R$ 17.500,00.
(D) R$ 72.500,00.

35

A empresa Roupas em Linho LTDA. produz camisas e camisetas.

Os dados relacionados aos dois produtos são apresentados a seguir:

Descrição	Camisas	Camisetas
Quantidade Produzida	500	450

A empresa fez o seguinte levantamento dos Custos das Atividades e Direcionadores

Departamento	Atividades	Direcionadores	Custos	Direcionadores		
				Camisas	Camisetas	Total
Compras	Comprar Materiais	nº de pedidos	20.000,00	200	100	300
	Desenvolver Fornecedores	nº de fornecedores	12.000,00	4	6	10
Corte e Costura	Cortar	tempo de corte	25.000,00	6	6	12
	Colar	tempo para colar	25.600,00	16	8	24
Acabamento	Acabar	tempo de acabamento	18.000,00	4	10	14
	Despachar Produtos	tempo de despacho	30.200,00	5	5	10

Os custos unitários de matéria-prima são:

- Camisa = R$ 20,00;
- Camiseta = R$ 10,00.

A partir da análise e observação das informações da empresa Roupas em Linho LTDA. assinale a opção que corresponde ao custo unitário para produzir Camisas e Camisetas, respectivamente, pelo método do Custeio ABC.

(A) Camisas R$ 125,69; Camisetas R$ 116,13.
(B) Camisas R$ 155,89; Camisetas R$ 149,68.
(C) Camisas R$ 129,22; Camisetas R$ 134,87.
(D) Camisas R$ 139,89; Camisetas R$ 139,65.

36

A Fábrica de Utensílios Domésticos JP Ltda. realiza sua produção em um único departamento, fabricando dois tipos de colheres: colheres de sobremesa e colheres de sopa.

Em determinado período, foram apurados os seguintes dados:

Colheres de sobremesa:

- Mão de obra direta (MOD): R$ 26.250,00;
- Material direto: R$ 12.000,00;
- Tempo de produção (horas/máquina): 22.400.

Colheres de sopa:

- Mão de obra direta (MOD): R$ 8.750,00;
- Material direto: R$ 18.000,00;
- Tempo de produção (horas/máquina): 9.600.

O valor total dos Custos Indiretos de Produção (CIP) no período foi de R$ 140.000,00.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

(A) R$ 35.000,00 de CIP foram alocados às colheres de sopa, utilizando-se o critério da proporcionalidade ao custo de Mão de Obra Direta (MOD).
(B) R$ 84.000,00 de CIP foram alocados às colheres de sobremesa, utilizando-se o critério da proporcionalidade ao custo de Material Direto.
(C) R$ 98.000,00 de CIP foram alocados às colheres de sopa, utilizando-se o critério da proporcionalidade ao tempo de Horas/Máquina.
(D) R$ 56.000,00 de CIP foram alocados às colheres de sobremesa, utilizando-se o critério da proporcionalidade ao custo de mão de obra direta (MOD).

37

Uma empresa está estudando quais quantidades deve produzir para chegar aos seus pontos de equilíbrio contábil, econômico e financeiro.

Para isso, seu contador levantou as seguintes informações referentes ao mês de junho de 2026:

- Custos fixos: R$ 400.000,00;
- Despesas fixas: R$ 100.000,00;
- Custos variáveis: R$ 200,00/unidade;
- Despesas variáveis: R$ 50,00/unidade;
- Preço unitário de venda: R$ 750,00;
- Custo de oportunidade: R$ 500.000,00;
- Parcela não desembolsável dos custos: R$ 250.000,00.

Com base nos dados levantados pelo contador, os pontos de equilíbrio contábil, econômico e financeiro dessa empresa são, respectivamente,

(A) 1.000 unidades, 1.800 unidades e 1.500 unidades.
(B) 1.000 unidades, 2.000 unidades e 500 unidades.
(C) 1.500 unidades, 1.800 unidades e 800 unidades.
(D) 1.500 unidades, 1.700 unidades e 300 unidades.

38

Um administrador deseja verificar qual é a relação entre a receita de vendas e o custo das mercadorias vendidas.

Para a obtenção da informação, é recomendável que seja realizada a análise

(A) vertical do Balanço Patrimonial.
(B) horizontal do Balanço Patrimonial.
(C) vertical da Demonstração do Resultado.
(D) horizontal da Demonstração do Resultado.

39

Uma empresa, buscando captar um empréstimo junto a uma instituição financeira, apurou seus indicadores de liquidez para verificar sua capacidade de pagamento.

O contador apurou o seguinte balanço patrimonial dos 2 últimos anos:

ATIVO	31/12/24	31/12/25
Disponível	R$ 300.000,00	R$ 400.000,00
Contas a Receber no Curto Prazo	R$ 500.000,00	R$ 600.000,00
Estoques	R$ 500.000,00	R$ 800.000,00
Realizável a Longo Prazo	R$ 700.000,00	R$ 1.200.000,00
TOTAL	**R$ 2.000.000,00**	**R$ 3.000.000,00**

PASSIVO + PL	31/12/24	31/12/25
Fornecedores	R$ 400.000,00	R$ 1.100.000,00
Empréstimos de Curto Prazo	R$ 100.000,00	R$ 500.000,00
Empréstimos de Longo Prazo	R$ 500.000,00	R$ 400.000,00
Patrimônio Líquido	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
TOTAL	**R$ 2.000.000,00**	**R$ 3.000.000,00**

Com base nesses dados, os indicadores de liquidez geral da empresa nos anos de 2024 e 2025 foram, respectivamente,

(A) 1,0 e 1,0.
(B) 1,6 e 0,6.
(C) 2,6 e 1,1.
(D) 2,0 e 1,5.

40

Uma loja vendia mochilas. Em 01/08/2026 não havia mochilas em estoque. Na data, a loja adquiriu 200 mochilas pelo total de R$ 16.000,00. O frete pago para o recebimento das mochilas foi de R$ 400,00.

Em agosto de 2026, 180 mochilas foram vendidas, sendo que a receita da loja foi de R$ 36.000,00. A loja paga comissão a seus vendedores de 5% sobre o preço da mochila vendida.

A margem de contribuição unitária da mochila foi de

(A) R$ 108,00.
(B) R$ 110,00.
(C) R$ 118,00.
(D) R$ 120,00.

41

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Com base nos princípios orçamentários aplicáveis ao setor público brasileiro, conforme apresentados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise os casos a seguir:

- **Caso 1**: Um município elaborou dois documentos orçamentários para o mesmo exercício: uma Lei Orçamentária Anual para a administração direta e outro documento orçamentário separado para as autarquias municipais.
- **Caso 2**: A Lei Orçamentária Anual de um município foi elaborada para vigorar por dois anos consecutivos, prevendo receitas e despesas para o período de 2025 a 2026.
- **Caso 3**: Na elaboração da Lei Orçamentária Anual de determinado estado, as receitas e despesas de uma fundação pública estadual não foram incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo registradas apenas em relatórios internos da própria entidade.

Os casos 1, 2 e 3 estão infringindo os seguintes princípios orçamentários, respectivamente:

(A) exclusividade; legalidade; e unidade ou totalidade.
(B) universalidade; unidade ou totalidade; e exclusividade.
(C) unidade ou totalidade; anualidade ou periodicidade; e universalidade.
(D) legalidade; orçamento bruto; e unidade ou totalidade.

42

Em junho de 2026, um posto de saúde aplicou 3.000 doses de vacina. Em julho, o posto foi acionado na Justiça por um grupo de pessoas que tiveram fortes reações atribuídas às vacinas e pediam uma indenização.

A Procuradoria Jurídica da Secretaria de Saúde à qual o posto de saúde encontra-se vinculado emitiu parecer que considerou que a probabilidade da saída de recursos, em decorrência da causa judicial era remota, de modo que não houve reconhecimento em contas patrimoniais.

Nesse caso, a divulgação em notas explicativas é

(A) proibida.
(B) dispensada.
(C) incentivada.
(D) obrigatória.

43

Ao encerrar o exercício financeiro, a equipe contábil de um município analisava os procedimentos de execução da despesa orçamentária.

Em reunião, surgiram dúvidas acerca dos efeitos do empenho, das características da liquidação e dos requisitos para a realização do pagamento pela Administração Pública.

Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. O empenho da despesa cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.
II. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
III. O pagamento da despesa pode ocorrer independentemente da liquidação prévia, desde que haja previsão contratual ou mera conveniência administrativa para a antecipação do desembolso.
IV. A etapa da execução da despesa orçamentária percorre, em regra, os estágios de empenho, liquidação e pagamento.

Estão corretas as afirmativas

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e IV, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.

44

O Município ABC está desenvolvendo um projeto para reconhecimento dos bens do patrimônio cultural no Balanço Patrimonial. Nas reuniões para mensuração e evidenciação dos referidos ativos, foram mapeadas dificuldades em potencial na representação contábil do fenômeno de forma completa, neutra e livre de erro material.

Com base na NBC TSP – ESTRUTURA CONCEITUAL, o reconhecimento dos bens do patrimônio cultural, nessas condições, descumpre a seguinte característica qualitativa da informação contábil:

(A) relevância.
(B) representação fidedigna.
(C) compreensibilidade.
(D) verificabilidade.

45

Uma entidade deseja elaborar o seu orçamento de 2026, começando pela projeção da receita bruta de vendas.

As seguintes informações foram estimadas para 2026:

I. Projeção do número de unidades vendidas.
II. Projeção do preço a ser praticado.
III. Projeção do aluguel das lojas.

Para estimar o valor da receita bruta de vendas, a entidade deve levar em consideração o que se apresenta em:

(A) I, somente.
(B) I e II, somente.
(C) I e III, somente.
(D) II e III, somente.

46

De acordo com a NBC TA 705 – MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, quando o auditor prevê modificar a opinião no seu relatório, ele deve comunicar aos responsáveis pela governança as circunstâncias que levaram à modificação prevista e o texto proposto da modificação.

Isso permite que os responsáveis pela governança, quando apropriado, tenham a oportunidade de

(A) aumentar os honorários previstos inicialmente.
(B) comunicar, previamente, o fato às entidades reguladoras.
(C) fornecer ao auditor informações e explicações adicionais sobre os assuntos que deram origem às modificações previstas.
(D) contratar outra firma de auditoria para fornecer um relatório com informações e explicações que deram origem às modificações previstas.

47

Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Beta S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o auditor identificou que a entidade apresentou prejuízo de R$ 30 milhões no exercício e que o passivo circulante excedia o ativo circulante em R$ 35 milhões nas demonstrações contábeis individuais e em R$ 32 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas.

Essas condições estão adequadamente divulgadas na nota explicativa nº 3, na qual a administração também descreve as ações que está implementando para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da companhia. O auditor concluiu que tais eventos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional, mas verificou que a divulgação nas demonstrações contábeis é apropriada, adequada e suficiente.

Nessas circunstâncias, o relatório do auditor independente deve conter

(A) opinião com ressalva, em razão da deterioração da posição financeira da companhia.
(B) opinião adversa, em razão do prejuízo relevante apresentado no exercício.
(C) abstenção de opinião, em razão da incerteza quanto à continuidade operacional.
(D) parágrafo de ênfase, chamando a atenção para a nota explicativa que descreve a incerteza relacionada à continuidade operacional.

48

Uma determinada empresa, do ramo de varejo, contratou uma firma de auditoria, para verificar as demonstrações contábeis do ano anterior. O presidente da empresa de ramo de varejo esperava que a asseguração de uma auditoria trouxesse credibilidade para sua empresa no ramo, por trazer um maior grau de confiança às demonstrações contábeis.

Considerando os dizeres da NBC TA 200 (R1) – OBJETIVOS GERAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE E A CONDUÇÃO DA AUDITORIA EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE AUDITORIA, é correto afirmar que o presidente da empresa do ramo de varejo estava

(A) errado, pois a auditoria independente tem como objetivo assegurar a continuidade e a viabilidade do negócio analisado.

(B) certo, porque a auditoria visa, principalmente, à verificação de fraudes e erros.

(C) certo, pois o objetivo da auditoria é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante.

(D) errado, pois cabe à auditoria externa auxiliar a Administração na elaboração das demonstrações contábeis.

49

No âmbito de uma perícia judicial, o perito contábil nomeado, Dr. Y, concluiu os trabalhos e protocolou o laudo. O assistente técnico indicado pela parte autora, contador X, discordou dos critérios de avaliação patrimonial adotados e pretende elaborar seu parecer técnico contábil.

Ocorre que a avaliação dos ativos imóveis foi realizada exclusivamente por engenheiro de avaliações, profissional de outra área, sem participação técnica de Dr. Y. O assistente X cogita subscrever o laudo do engenheiro como forma de validá-lo, para ampliar a força probatória da perícia.

Considerando a NBC TP 01 (R2) – PERÍCIA CONTÁBIL, a conduta de X, ao subscrever o laudo do engenheiro, seria

(A) lícita, desde que X declare expressamente que se responsabiliza apenas pela parte contábil do documento.

(B) lícita, pois o assistente técnico pode validar laudo de especialista de outra área quando o objeto da perícia for multidisciplinar.

(C) vedada, pois é defeso ao assistente técnico validar, ratificar ou subscrever laudo elaborado por profissional de outra área; X deve oferecer seu próprio parecer técnico contábil.

(D) vedada apenas se o laudo do engenheiro não tiver sido homologado pelo juízo, sendo lícita após a homologação.

50

A perita contábil Dra. W foi contratada para realizar perícia extrajudicial voluntária, visando apurar haveres em dissolução parcial de sociedade empresária. Ao elaborar o laudo pericial contábil, W estruturou o documento com os seguintes elementos: identificação das partes; síntese do caso; síntese do objeto e do objetivo da perícia; relato das diligências; transcrição dos quesitos e respostas; e assinatura com número de CRC.

Após análise técnica, a parte contrária apontou que o laudo carecia de elemento obrigatório previsto na NBC TP 01 (R2) – PERÍCIA CONTÁBIL.

Nesse caso, o seguinte elemento obrigatório da estrutura mínima do laudo pericial contábil foi omitido por Dra. W:

(A) o cronograma das diligências realizadas durante a execução da perícia.

(B) a fundamentação, contemplando o método científico adotado e a análise técnica e/ou científica realizada.

(C) a ata das reuniões técnicas realizadas com os assistentes técnicos das partes.

(D) o contrato de prestação de serviços firmado entre a perita e o contratante.

Realização

